

CONGRESSO NACIONAL

# PROJETO DO ABORTO PERDE FORÇA APÓS PRESSÃO POPULAR

Manifestações de mulheres e outras repercussões negativas levam deputado a dizer que não tem pressa para aprovar proposta que trata procedimento como homicídio

ANA MENDONÇA

Após as manifestações de mulheres em todo o Brasil nos últimos dias, o Projeto de Lei 1.904/2024 – que altera o artigo 124 do Código Penal e trata como homicídio simples o aborto acima de 22 semanas de gestação, com pena de seis a 20 anos para a mulher, inclusive em caso de estupro – “respira por aparelhos” no Congresso Nacional. Ontem, enquanto senadores discutiam o tema em sessão esvaziada, a deputada federal Ana Pimentel (PT-MG), presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher na Câmara, organizava manifestação ao lado de outras parlamentares feministas para amanhã. O pastor Sôstenes Cavalcanti (PL-RJ), autor do projeto – em coautoria com outros 32 parlamentares, incluindo quatro mineiros – desconversou sobre a urgência do projeto e admitiu adiar a votação para depois das eleições municipais, em resposta à crescente pressão pública sobre a proposta, que foi aprovada em regime de urgência, na terça-feira passada, para análise do plenário. Já a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) divulgou parecer considerando o projeto de lei inconstitucional.

Diante da repercussão negativa e da proximidade das eleições, o projeto polêmico saiu dos holofotes de deputados e senadores devido ao risco de perda de votos em suas bases e pode ter a votação adiada para depois do pleito. “Não estou com pressa nenhuma. Votei a urgência e agora temos o ano todo para votar isso. [Arthur] Lira [presidente da Câmara] tem compromisso conosco e pode cumprir até o último dia do mandato dele”, disse Sôstenes. Ele afirmou ainda que vai propor pena de 30 anos para estupro. O objetivo é contrapor o argumento de que a pena da mulher estuproada pode ser maior do que a do estupro.

VINÍCIUS LOURES/C. DEPUTADOS



**“Esse projeto não traz benefício algum para a vida de crianças e de mulheres brasileiras. Então, por que devemos votá-lo? Não faz sentido”**

**ANA PIMENTEL (PT-MG)**  
Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher na Câmara

No Congresso, poucos parlamentares insistem na defesa do projeto. A sessão que ocorreu ontem no Senado, que contou até uma contadora de histórias que simulou o feto dentro da barriga da mãe, estava vazia, com poucos parlamentares. O desgaste é nítido e pode ser notado após a deputada Renice Nicodemos (MDB-PA) – que é evangélica e conservadora – solicitar à Mesa Diretora da Câmara a retirada do seu nome da lista de assinaturas de apoio ao texto. Em publicação nas redes a parlamentar disse que é a favor “da vida e contra o aborto, menos em casos quando há risco de vida para a mulher causada



DR. ZACHARIAS CALLIL (UNIÃO BRASIL-GO) LEVOU SIMULACRO DE FETO PARA DEFENDER O PROJETO

do pela gravidez ou quando a gravidez for resultante de um estupro”.

Os casos citados pela parlamentar são as situações já previstas em lei para aborto legal, como também anencefalia do feto (má formação do cérebro). Ana Pimentel, que preside a Comissão da Mulher, conversou com o Estado de Minas sobre o tema e classificou a matéria como “neoliberal e fascista”. A parlamentar é a responsável pela organização de uma manifestação que será realizada no Salão Verde amanhã, às 16h.

“A sociedade brasileira, principalmente as mulheres, não concorda com o projeto político que esta proposta representa. A minha posição, como presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, que é também a posição da bancada do PT, é de recusa absoluta deste projeto, não queremos sequer que seja votado. Esse projeto não traz benefício algum para a vida de crianças e de mulheres brasileiras. Então, por que devemos votá-lo? Não faz sentido”.

Segundo a deputada mineira, o texto é grave retrocesso na proteção das meninas vítimas de violência sexual. Isso porque estatísticas recentes revelam um quadro alarmante: 75% das vítimas de estupro no Brasil são garotas menores de 13 anos. Além disso, a cada hora, seis denúncias deste tipo de abuso são registradas no país. “Em vez de proporcionar o suporte necessário a essas crianças, o projeto de lei propõe medidas que podem perpetuar ainda mais o ciclo de violência e sofrimento ao qual elas estão submetidas”, afirmou.

Como o projeto determina que mulheres e crianças ao realizarem, até mesmo o aborto legal como no caso de vítimas de estupro, possam ser condenadas a penas de prisão de até 20 anos, enquanto esse crime sexual tem pena máxima de 10 anos, grupos contrários ao texto começaram a chamar a proposta de “PL do estuproador”. Uma das principais vozes do PP, o partido de Lira, o senador Ciro Nogueira (PP-PI), presidente da sigla, diz que nem ele nem Lira têm qualquer compromisso com o mérito da proposta. “O acordo, o gesto para a bancada evangélica, era apenas o de votar a urgência. Apenas isso. Não há qualquer acordo sobre o mérito (conteúdo) da proposta”, disse.

No grupo mais próximo a Lira, a avaliação é de que o deputado Sôstenes Cavalcanti aca-

## PROPOSTA TEM REJEIÇÃO DE 88%

O Projeto de Lei 1.904/24, que torna homicídio simples o aborto acima de 22 semanas de gestação mesmo em caso de estupro, registra interesse atípico na Câmara dos Deputados.

O setor responsável pela comunicação interativa da Casa informou que a proposta atingiu 6,1 milhões de visualizações entre o dia 12 e o início da tarde de ontem, o maior número em 2024 relativo a uma proposta. Houve 1,07 milhão de votos na enquete proposta no site da Câmara. A grande maioria (88%) declarou que “discorda totalmente” do projeto. Na quinta-feira passada, devido ao alto número de acessos simultâneos, a página de enquete retornou mensagem de erro para 4% dos usuários, mas o problema foi corrigido.

bou expando a oposição ao governo Lula a um desgaste inédito desde 8 de janeiro de 2023, quando bolsonaristas depredaram o Palácio do Planalto, o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal.

O ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, responsável pela articulação política do governo, voltou a rechaçar a proposta. “Não tem clima e ambiente e nunca houve compromisso dos líderes, não só do governo, de votar o mérito, e não tem ambiente para se continuar o projeto”, disse. Na semana passada, Padilha já havia dito que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sempre garantiu, atendendo a solicitações de lideranças religiosas, que “nunca ia fazer nada para mudar a legislação atual do aborto no país”. ■

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Estado de Minas - Belo Horizonte/MG

Seção: Política Pagina: 3